THIAGO PEDRO PAGLIUCA DOS SANTOS

Análise dogmática das medidas de segurança: fundamentos e perspectivas

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Alamiro Velludo Salvador Netto

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2020

THIAGO PEDRO PAGLIUCA DOS SANTOS

Análise dogmática das medidas de segurança: fundamentos e perspectivas

Versão Original

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Direito.

Área de concentração: Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia

Orientador: Prof. Titular Alamiro Velludo Salvador Netto

São Paulo

2020

Ficha catalográfica:

SANTOS, Thiago Pedro Pagliuca.

Análise dogmática das medidas de segurança: fundamentos e perspectivas / Thiago Pedro Pagliuca dos Santos

2020.

272 f.

Orientador: Alamiro Velludo Salvador Netto

Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo,

Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2020.

1. Criminologia. 2. Direito penal. 3. Medida de segurança. 4. Internação compulsória. 5. Internação involuntária. 5. Psiquiatria. I. Salvador Netto, Alamiro Velludo. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Tudo que alcancei na vida não teria sido possível sem o carinho, apoio e amor de meu pai, José Camilo Soares dos Santos, minha mãe, Lindaura Pagliuca dos Santos, e todos os meus irmãos: Christiane, Alexandre, Letícia, Lubianca, Josianne, Rafael e Gabriela. Obrigado por darem sentido à minha existência – proporcionando-me a alegria de ser tio de Lucca, Bruna, Eduardo, Eric, Ângelo e Sofia – e me inspirarem, cada um a seu modo, a lutar por um mundo melhor.

À Érica Leoni, exemplo de mulher e defensora pública, por todo o amor e companheirismo nesses anos difíceis: obrigado por estar ao meu lado e sempre me incentivar a continuar, apesar de tudo.

Ao Patrick Cacicedo, irmão da vida, que, com sua humildade e mente brilhante, sempre serviu de bússola em minha atuação profissional e acadêmica, além de me acolher nas tempestades tortuosas.

Aos amigos que de algum modo auxiliaram na elaboração desta tese, principalmente aos que a leram em primeira mão e fizeram suas pertinentes sugestões: além de Érica e Patrick, meus sinceros agradecimentos a Leonardo Issa, Gislaine Batista, Luiz Dal Santo e Milena Liporini.

A todos os amigos e amigas que a Defensoria Pública de São Paulo me proporcionou; se fosse nomeá-los todos, necessitaria de milhares de páginas.

Aos escreventes, estagiários e magistrados que me acolheram no Tribunal de Justiça de São Paulo, principalmente ao querido Marcos Tamassia.

Ao meu orientador, Alamiro Velludo Salvador Netto, por ter confiado em mim nesta empreitada.

Aos examinadores Bruno Shimizu e Sérgio Salomão Shecaira, pelas dedicadas observações na banca de qualificação.

Por fim, um agradecimento especial a Kenarik Boujikian, por me fazer ainda ter fé na humanidade: obrigado por me inspirar com sua fibra, coragem e comprometimento com a luta por um mundo melhor.

*Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse,
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!*

(Carlos Drummond de Andrade)

THIAGO PEDRO PAGLIUCA DOS SANTOS

Análise dogmática das medidas de segurança: fundamentos e perspectivas

Tese apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutor em Direito.

Área de concentração: Direito Penal, Medicina
Forense e Criminologia

Orientador: Prof. Titular Alamiro Velludo Salvador
Netto

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Titular Alamiro Velludo Salvador Netto

1º Examinador(a): _____

2º Examinador(a): _____

3º Examinador(a): _____

4º Examinador(a): _____

5º Examinador(a): _____

Data da avaliação:

RESUMO

SANTOS, Thiago Pedro Pagliuca. **Análise dogmática das medidas de segurança: fundamentos e perspectivas.** 2020. 272 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esta tese analisa o tema das medidas de segurança sob uma perspectiva afastada da ideologia da defesa social. São revistos os seus fundamentos históricos e as críticas criminológicas e psiquiátricas direcionadas àquelas medidas. Busca-se demonstrar que a psiquiatria moderna, desde a década de 1950, com o advento dos psicofármacos, já superou o paradigma da defesa social em relação às pessoas com transtornos mentais, não sendo mais indicadas internações compulsórias prolongadas como tratamentos terapêuticos. Ademais, defende-se que as internações compulsórias tratadas pela doutrina como meramente “civis” são verdadeiras manifestações do poder punitivo e, portanto, devem ser analisadas pelo direito penal. Qualquer internação psiquiátrica que seja imposta a alguém contra a sua vontade somente pode se justificar legitimamente em caso de surto, risco de morte ou emergência médica (internação involuntária). A internação compulsória fora dessas hipóteses somente pode ser imposta se o portador de transtorno mental houver cometido um injusto penal, respeitadas todas as garantias penais e processuais penais. São ainda analisadas as teses contemporâneas que defendem a inconstitucionalidade das medidas de segurança ou, no outro extremo, a inconstitucionalidade do próprio instituto da inimputabilidade. Ao final, sugere-se uma dogmática consequente e redutora de danos que, considerando as medidas de segurança como verdadeiras penas, não permite que o inimputável seja tratado de forma mais gravosa que o imputável.

Palavras-chave: Medida de segurança. Internação psiquiátrica. Inimputabilidade. Defesa social.

ABSTRACT

SANTOS, Thiago Pedro Pagliuca. **Security measures**. 2020. 272 f. Thesis (Doctorate). Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This dissertation analyzes criminal punishments issued to an unimputable person (“security measures”) from a perspective that is far removed from social defense. It examines historic principles, as well as criminological and psychiatric criticisms, directed at such measures. The dissertation seeks to demonstrate that since the 50’s, with the advent of psychiatric drugs, modern psychiatry has overcome the social defense paradigm regarding people with mental disorders, and, therefore, prolonged forced commitment to a mental institution is no longer recommended as therapeutic treatment. Furthermore, it argues that forced commitment to a mental institution that is considered merely “civil” is, in fact, a true manifestation of punitive power and should be analyzed by criminal law. Any psychiatric confinement imposed to a person against his or her will can only be justified in cases of mental outburst, threat to life or medical emergency (involuntary commitment). Psychiatric confinement for other reasons may only be imposed if the mentally impaired person has committed a criminal act, and the person’s rights and due criminal processes have been observed. The dissertation also analyzes contemporary theses that argue that security measures are unconstitutional or, that, by contrast, the concept of that a person can be unimputable is unconstitutional. Finally, the dissertation deems security measures true punishment, and suggests a solution that is reasonable, reduces harm, and does not allow a criminally unimputable person to be treated more severely than a person who is criminally imputable.

Keywords: Security measures. Psychiatric commitment. Inimputability. Social defense.

RIASSUNTO

SANTOS, Thiago Pedro Pagliuca. **Misure di sicurezza**. 2020. 272 f. Tesi (Dottorato). Facoltà di Giurisprudenza, Università di São Paulo, São Paulo, 2020.

Questa tesi analizza il tema delle misure di sicurezza da una prospettiva diversa dall'ideologia di difesa sociale. I suoi fondamenti storici sono rivisti, così come le critiche criminologiche e psicologiche a loro rivolte. La tesi dimostra che la psichiatria moderna há già superato il paradigma della difesa sociale per quanto riguarda il trattamento delle persone con disturbi mentali. Questo si è osservato dagli anni '50 con l'avvento dei psicofarmaci, rendendo inappropriati i ricoveri ospedalieri coercitivi prolungati come trattamento terapeutici. Inoltre, si sostiene che i ricoveri ospedalieri coercitivi trattati dalla dottrina come puramente «civili» sono propri manifestazioni del potere punitivo e, per quello, dovrebbero essere analizzati dal diritto penale. Qualsiasi ricovero psichiatrico imposto a qualcuno contro la loro volontà può essere legittimamente giustificato soltanto in caso di episodio psicótico acuto, rischio di morte oppure emergenza medica (ricovero involontario). Il ricovero ospedaliero coercitivo al di fuori di queste ipotesi può essere imposto soltanto se la persona con disturbo mentale ha commesso un reato, osservate tutte le garanzie penali e procedurali. Sono analizzate anche le tesi contemporanee che difendono l'incostituzionalità delle misure di sicurezza o, ancora, la própria incostituzionalità dell'istituto di non imputabilità. Alla fine, si suggerisce una dogmática penale coerente, che riduca danni e che, considerando le misure di sicurezza come propria penalità, non consenta che il non imputabile sia trattato più severamente dell'imputabile.

Parole chiave: Misure di sicurezza. Ricovero psichiatrico. Non imputabile. Difesa sociale.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. SURGIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E CRISE DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	23
1.1. A ideologia da defesa social	26
1.2. Pressupostos da Escola Clássica	29
1.3. Pressupostos da Escola Positiva	35
1.4. Monismo, duplo binário e o sistema vicariante	45
1.5. Franz von Liszt e seu “positivismo crítico”	51
2. DISTINÇÕES E SEMELHANÇAS ENTRE PENAS E MEDIDAS DE	
SEGURANÇA E A TEORIA DA DUPLA GARANTIA	55
2.1. Distinções entre penas e medidas de segurança.....	55
2.1.1. Retribuição x prevenção	56
2.1.2. Repressão x terapêutica	57
2.1.3. Passado x futuro	59
2.1.4. Proporcionalidade com o fato x proporcionalidade com a personalidade.....	59
2.1.5. Culpabilidade x periculosidade	60
2.1.6. Justiça x utilidade	64
2.1.7. Duração determinada x duração indeterminada	65
2.1.8. Injusto penal x ato antissocial.....	65
2.1.9. Irretroatividade da lei x retroatividade da lei.....	67
2.1.10. Obrigatoriedade x oportunidade	68
2.1.11. Mal x bem.....	68
2.1.12. Outras diferenças	68
2.2. Semelhanças entre penas e medidas de segurança.....	69
2.3. Teoria da dupla garantia ao inimputável autor de injusto penal	70
3. PARADIGMAS DA PSIQUIATRIA	73
4. INTERNAÇÕES COMPULSÓRIAS: A ILEGÍTIMA PERSISTÊNCIA DE	
MEDIDAS DE SEGURANÇA PRÉ-DELITUAIS E DE PENAS PERPÉTUAS NO	
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	83
4.1. Poder punitivo, legislação penal e direito penal	83
4.2. Internações voluntárias, involuntárias e compulsórias	89
4.3. O debate sobre restrição de direitos não prescinde dos juristas.....	95
4.4. Medidas privativas de liberdade devem ser analisadas pelo direito penal.....	97
4.4.1. Distinção entre crime e outros atos ilícitos.....	99

4.4.2.	Distinção entre pena e outras sanções	104
4.5.	Internações compulsórias pré-delituais e internações compulsórias pós-infracionais 121	
5.	PROPOSTAS DE DIREITO PENAL QUANTO ÀS MEDIDAS DE SEGURANÇA 133	
5.1.	Doutrina ortodoxa das medidas de segurança	134
5.2.	Inconstitucionalidade das medidas de segurança	135
5.3.	Inconstitucionalidade da distinção entre imputáveis e inimputáveis	143
5.4.	Dupla garantia	145
5.5.	Juarez Tavares e a inconstitucionalidade das medidas de segurança	145
6.	TRATAMENTO JURÍDICO DO PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL: DIÁLOGO ENTRE DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E EXECUÇÃO PENAL 157	
6.1.	Objeto do exame médico-legal e equipe técnica responsável por sua realização ...	159
6.2.	Legitimidade ativa, sistema acusatório, <i>nemo tenetur se detegere e non reformatio in pejus</i> 171	
6.3.	Momento da instauração do incidente e necessidade de nomeação de curador	175
6.4.	Do incidente de insanidade mental, seu procedimento e a problemática da internação provisória, da prisão preventiva e da execução provisória da medida de segurança	182
6.5.	Doença mental superveniente ao crime	189
6.6.	Da incidência dos institutos despenalizadores aos portadores de transtornos mentais 192	
6.7.	Inimputabilidade, semi-imputabilidade e escolha da medida de segurança adequada, prazo mínimo e máximo	193
6.7.1.	Necessidade de análise das provas da forma como seria feito com o imputável 195	
6.7.2.	A decisão sobre a imputabilidade cabe ao magistrado	195
6.7.3.	Tratamento jurídico do semi-imputável	200
6.7.4.	Tratamento jurídico do inimputável: prazo mínimo, prazo máximo e escolha da medida de segurança adequada	201
6.8.	Os portadores de transtornos de personalidade antissocial (psicopatas) são imputáveis?	209
6.9.	Da prescrição da medida de segurança	217
6.10.	Inimputável e o tribunal do júri	220
6.11.	Inimputável com vários processos criminais	222
6.12.	Dos direitos do indivíduo em cumprimento de medida de segurança de internação 228	

6.13.	Dos direitos do indivíduo em cumprimento de tratamento ambulatorial: a questão da regressão (art. 97, §4º do CP).....	231
6.14.	Da incidência dos direitos de execução penal: progressão de regime, livramento condicional, remição da medida de segurança, saída temporária	235
6.15.	Do exame de cessação de periculosidade.....	236
6.16.	Liberação condicional: em que consiste a prática de fato indicativo da persistência da periculosidade?.....	242
6.17.	O que fazer com o portador de doença mental com grave dependência institucional?	244
CONCLUSÃO		249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		257

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, as medidas de segurança foram se consolidando na doutrina e nas legislações a ponto de se naturalizarem como instrumentos legítimos de defesa social. Previstas no código penal brasileiro de 1940 não só para os inimputáveis, mas também para os semi-imputáveis e imputáveis considerados perigosos, foram recebidas, à época, com especial entusiasmo por todos os penalistas brasileiros.

A primeira crise relacionada às medidas de segurança ocorreu, no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, período em que a doutrina passou a criticar com afinco o sistema do duplo binário, então adotado pela legislação brasileira. Mesmo os penalistas que haviam defendido sua inclusão no código penal de 1940 reconheceram que não havia diferença prática entre penas e medidas de segurança aplicadas a imputáveis. Essas críticas levaram à extinção do sistema do duplo binário em 1984 e a adoção do sistema vicariante, que vedou a aplicação cumulativa de penas e medidas de segurança: estas últimas só poderiam ser aplicadas às pessoas com doença mental que fossem declaradas inimputáveis ou semi-imputáveis.

Não há dúvida de que a adoção do sistema vicariante foi um grande avanço legislativo, mas as medidas de segurança continuaram naturalizadas como sanções jurídicas próprias aos indivíduos com transtornos mentais, ou seja, os fundamentos dessas medidas não eram questionados. Alguns dispositivos penais claramente prejudiciais aos inimputáveis – como a imposição da medida de internação vinculada à natureza da pena cominada (reclusão) e o prazo indeterminado das medidas de segurança – eram encarados sem qualquer estranhamento; afinal, prevalecia a ideologia da defesa social.

Nos últimos anos, porém, esses temas passaram a despertar a atenção de pesquisadores brasileiros preocupados com a dignidade humana das pessoas com sofrimento psíquico. A principal ofensiva dos movimentos progressistas foi contra o prazo indeterminado das medidas de segurança, pois, reconhecida a sua natureza penal, isso representaria uma pena perpétua, vedada pela Constituição Federal.

Desde a tese de doutorado de Eduardo Reale Ferrari, de 2000¹, que defendeu a ampliação de todas as garantias penais e processuais penais às medidas de segurança, elas

¹ FERRARI, Eduardo Reale. **Medidas de segurança e direito penal no estado democrático de direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

passaram a ser tratadas de uma perspectiva distinta da que dominava até então: a ideologia da defesa social foi pouco a pouco sendo questionada. O papel dos movimentos antimanicomiais foi fundamental para que isso ocorresse, inclusive com a positivação jurídica de alguns de seus postulados na lei 10.216/01, conhecida como lei de reforma psiquiátrica.

Após a promulgação dessa lei, sobrevieram novos trabalhos acadêmicos aprofundando a questão da forma como a pessoa com transtorno mental autora de injusto penal vinha sendo tratada pelo direito. Paradigmática, nesse sentido, foi a obra de Virgílio de Mattos, escrita em 2004 como tese de doutorado e publicada como livro em 2007. Ele rompeu com a doutrina dominante ao defender que a única forma de resguardar os direitos dos inimputáveis era acabar com o instituto da inimputabilidade: autores de crimes, com ou sem transtornos mentais, deveriam receber penas, com todas as garantias penais e processuais penais pertinentes.

O interesse pelo tema não cessou e, em 2008, Paulo Jacobina publicou obra extremamente crítica às medidas de segurança. Joe Velo também apresentou visão crítica sobre a psiquiatrização do direito penal e o instituto da inimputabilidade. Antônio Carlos da Ponte, por sua vez, abordou o assunto da perspectiva do processo penal. Em 2013, Salo de Carvalho resgatou as ideias de Virgílio de Mattos e sustentou a responsabilização diferenciada dos portadores de transtornos mentais².

No último lustro, pelo menos quatro juristas brasileiros distantes da ideologia da defesa social publicaram teses de doutorado sobre medidas de segurança: Haroldo Caetano, Mariana Weigert, Thayara Castelo Branco e Jéssica Almeida³. Ao ter acesso a essas leituras, convencemo-nos de que efetivamente as críticas direcionadas aos fundamentos das medidas de segurança são corretas, principalmente porque elas nasceram em um contexto social no qual se acreditava no racismo científico, o que, além de ter sido desacreditado como teoria, é eticamente indefensável.

² MATTOS, Virgílio de. **Uma saída: preliminares para a desconstrução das medidas de segurança**. Rio de Janeiro: Revan, 2006; JACOBINA, Paulo Vasconcelos. **Direito penal da loucura**. Brasília: ESMPU, 2008; VELO, Joe Tennyson. **Teoria crítica do juízo de imputabilidade criminal**. UFPR: Curitiba, 2013; PONTE, Antônio Carlos da. **Inimputabilidade e processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2012; CARVALHO, Salo de. **Pena e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2013.

³ CAETANO, Haroldo. **Loucura e direito penal: pistas para a extinção dos manicômios judiciários**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UFF, 2018; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. **Entre silêncios e invisibilidades: os sujeitos em cumprimento de medidas de segurança nos manicômios judiciários brasileiros**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Instituto de Psicologia da UFRGS, 2015; BRANCO, Thayara Castelo. **A deslegitimação das medidas de segurança no Brasil**, 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018; ALMEIDA, Jéssica Pascoal Santos. **Inclusão social em medida de segurança: modelos e práticas envolvendo pessoas com transtorno mental implicadas com a Justiça Criminal**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2019.

A literatura psiquiátrica, por sua vez, convenceu-nos de que o paradigma médico que embasou o pensamento dos penalistas do início do século passado, em defesa da aplicação das medidas de segurança aos chamados “loucos criminosos”, foi superado. Desde a década de 1950, há formas efetivas de tratamento de transtornos mentais, inclusive os mais graves, não se justificando mais internações compulsórias prolongadas.

Por que, então, pesquisar sobre o tema, se as críticas às medidas de segurança já foram elaboradas – e de forma muito satisfatória – pelos autores mencionados? Se já há massa crítica a respeito do objeto de conhecimento, por que estudá-lo em um doutorado? A resposta é simples: se da perspectiva criminológica as críticas às medidas de segurança já atingiram certo consenso, ainda não há tese de dogmática que as tenha absorvido e extraído delas todas as suas consequências jurídicas nos âmbitos do direito penal, processo penal e execução penal. Em outras palavras: embora haja massa crítica sobre o tema, ela é, ainda, insuficiente, ao menos da perspectiva do saber propriamente jurídico⁴.

Com efeito, grande parte dos autores mencionados limita-se a críticas ou a propostas de *lege ferenda*, o que, embora seja de fundamental importância, deixa os operadores jurídicos sem um referencial teórico útil. Os manuais de direito penal, em regra alheios às críticas – embora haja honrosas exceções –, permanecem adotando premissas ultrapassadas. Enfim, o que se percebe é um abismo entre a crítica criminológica e a dogmática jurídica.

São poucos os autores que tratam das medidas de segurança desde os seus fundamentos e, ao mesmo tempo, propõem diretrizes dogmáticas que possam ter reflexos práticos. Nesse sentido, destacamos a obra de Salo de Carvalho – a qual será detalhadamente analisada no capítulo 5 –, que parte de uma crítica criminológica incisiva e oferece uma dogmática consequente de redução de danos.

Outro debate que pretendemos suscitar – e que ainda não vislumbramos na doutrina penal – é o que diz respeito às internações compulsórias. Em diversas situações elas representam claro exercício do poder psiquiátrico punitivo, mas são ignoradas pelos penalistas, o que permite a existência de um limbo jurídico que autoriza a privação de liberdade individual fora do direito penal e sem qualquer garantia.

⁴ Para José Paulo Netto, só há três hipóteses que justificam a pesquisa que tenha como finalidade a produção de conhecimento: (a) ou não há massa crítica em relação ao objeto a ser estudado; (b) ou a massa crítica em relação ao objeto a ser estudado é insuficiente, devendo-se buscar a diminuição da distância entre ele e o seu conhecimento; (c) ou, finalmente, a massa crítica existente é equivocada, devendo ser revista: NETTO, José Paulo. **O método em Marx (aula)**. Faculdade de Serviço Social da UFPE. Recife: 2002.

Esses dois tópicos – (1) consequências jurídicas das críticas criminológicas às medidas de segurança e (2) inclusão das internações compulsórias na dogmática penal – são as novidades que esta tese busca promover.

No primeiro capítulo, será analisado o surgimento das medidas de segurança. Para tanto, discorreremos sobre a escola clássica, a escola positiva e os seus pressupostos. Demonstraremos como as ideias fundamentais do positivismo biológico lombrosiano, embora tenham sido descartadas pelo pensamento criminológico hegemônico, permanecem orientando o direito penal.

No segundo capítulo, exploraremos as distinções que a doutrina costuma apontar entre penas e medidas de segurança para verificarmos se realmente faz sentido diferenciá-las. Apresentaremos, ao final, a tese da dupla garantia que, reconhecendo a natureza penal das medidas de segurança, não descuida da situação de especial vulnerabilidade do sujeito que as sofre. Isso impõe a aplicação ao inimputável não só de todos os direitos e garantias penais e processuais penais, mas também das normas garantidoras previstas na lei de reforma psiquiátrica, estatuto da pessoa com deficiência, entre outras leis protetivas.

No terceiro capítulo, os paradigmas da psiquiatria atual serão brevemente mencionados para que se possa colocar em xeque os fundamentos positivistas criminológicos adotados por diversos peritos forenses.

No capítulo quatro, demonstraremos que as internações de pessoas com transtornos mentais somente podem ocorrer em situações excepcionais. Para isso, entre outros requisitos, deve haver sua concordância (internação voluntária) ou uma situação excepcional de surto, risco de morte ou emergência (internação involuntária). A internação compulsória, por sua vez, prevista na lei 10.216/01 ao lado da voluntária e da involuntária, é clara manifestação do poder punitivo, já que busca exercer um controle social sobre um indivíduo supostamente perigoso em razão de seu transtorno mental. Por consequência, ela somente se justifica se for precedida de um injusto penal e do devido processo legal. A generalização, na jurisprudência, das internações compulsórias pré-delituais e pós-infracionais violam o direito fundamental à liberdade e diversas garantias penais e processuais penais.

No capítulo cinco, serão analisadas com detalhes as obras mencionadas no início desta introdução, com o objetivo de apontar as omissões e limitações que, a nosso ver, podem ser supridas, ao menos parcialmente, por esta tese.

Por fim, no capítulo 6, serão aplicadas todas as críticas criminológicas e psiquiátricas analisadas nos capítulos anteriores ao direito penal, processo penal e execução penal das medidas de segurança. Os assuntos serão enfrentados sob a perspectiva da teoria da dupla garantia, isto é, partindo-se da premissa de que o inimputável não pode ser, em nenhuma hipótese, tratado de forma mais gravosa que o imputável. O leitor atento perceberá que o formato deste capítulo será um pouco diverso dos outros, pois focaremos em aspectos práticos, úteis no dia a dia forense, que são desdobramentos dos fundamentos teóricos agasalhados nesta tese.

Diversas expressões costumam se referir ao mesmo objeto, sendo estas as principais: doença mental, transtorno mental e sofrimento psíquico. A primeira é mais tradicional e parte do modelo médico, reconhecendo que o sofrimento psíquico, mesmo que sua causa biológica não seja possível de determinar, é uma doença. Ela é utilizada pelo código penal brasileiro. A segunda expressão afasta-se um pouco da discussão sobre a natureza biológica ou não daquele sofrimento e é utilizada no mais tradicional manual diagnóstico internacional - “Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders” (DSM-5), da Associação Americana de Psiquiatria – e na Lei 10.216/01. A última é costumeiramente utilizada pelos movimentos antimanicomiais e busca afastar o estigma da pessoa, que não deve ser compreendida somente como alguém doente ou com algum transtorno, mas em toda a sua complexidade existencial. Outras expressões também costumam ser utilizadas com o mesmo significado, como loucura e anomalia psíquica. Todas elas serão adotadas indistintamente neste trabalho.

CONCLUSÃO

1. A ideologia da defesa social sempre esteve presente no pensamento penal. Antes mesmo da escola positiva, pensadores clássicos e pré-clássicos baseavam-se nela ao sustentarem a eficácia preventiva da pena. O positivismo criminológico aprofundou os fundamentos da ideologia da defesa social. Com o mito da periculosidade, legitimou sanções perpétuas e neutralizadoras para as pessoas consideradas perigosas.

2. As medidas de segurança resultaram da conciliação entre os postulados clássicos e os positivistas. Embora o monismo – propugnado pela escola positiva – não tenha alcançado êxito, a adoção do sistema do duplo binário permitiu que o ideal positivista de neutralização dos indivíduos considerados perigosos e incorrigíveis fosse incorporado pelas legislações.

3. Mesmo que historicamente as medidas de segurança atingissem imputáveis, semi-imputáveis e inimputáveis, no Brasil, desde a reforma penal de 1984, que abandonou o duplo binário em prol do sistema vicariante, as medidas de segurança somente se destinam às pessoas com transtornos mentais que tenham sido consideradas inimputáveis ou semi-imputáveis. Aos inimputáveis, aplica-se somente medida de segurança; aos imputáveis, somente pena. Aos semi-imputáveis, pode-se aplicar uma ou outra, mas em nenhuma hipótese se permite que ambas sejam impostas cumulativamente.

4. A medida de segurança é verdadeira sanção criminal aplicada ao inimputável. Assim como a pena, implica restrição ou privação de direitos fundamentais, tem caráter aflitivo, pressupõe a prática de um injusto penal e é imposta justamente em razão dele. Nenhuma diferença apontada pela doutrina se refere à estrutura de ambos os institutos. Ontologicamente não há nada que os distinga. A única distinção que deve ser considerada entre penas e medidas de segurança se refere aos seus destinatários. Como as medidas de segurança são impostas a pessoas mais vulneráveis – em razão de seus transtornos mentais –, algumas normas protetivas inaplicáveis aos imputáveis devem incidir sobre eles.

5. A tese da dupla garantia defende que, por serem ontologicamente penas, as medidas de segurança devem respeitar todos os direitos e garantias penais e processuais penais: em nenhuma hipótese o tratamento dado ao inimputável pode ser mais severo do que o do imputável ou semi-imputável. Por outro lado, por serem aplicadas a pessoas especialmente vulneráveis, devem incidir às medidas de segurança também as normas previstas na legislação que protege as pessoas com deficiências e transtornos mentais, por exemplo, a lei 10.216/01 e a lei 13.146/15.

6. O ordenamento jurídico brasileiro não permite a adoção da ideologia da defesa social no tratamento das pessoas com transtornos mentais. A legislação brasileira não adotou os postulados da antipsiquiatria, ou seja, as doenças mentais devem ser encaradas ainda da perspectiva médica: tanto é assim que é vedada a internação de qualquer paciente se não houver autorização escrita em laudo médico circunstanciado. Por outro lado, a incorporação de algumas premissas dos movimentos antimanicomiais na lei 10.216/01 afastou a possibilidade de se tratar as pessoas com transtornos mentais da perspectiva da defesa social: a internação é medida de *ultima ratio* e somente se justifica se o tratamento extra-hospitalar não for eficaz. O advento dos psicofármacos na década de 1950, principalmente dos antipsicóticos, permitiu a mudança de paradigma da psiquiatria e o abandono da lógica manicomial.

7. Há três tipos de internação psiquiátrica previstas na legislação brasileira: voluntária, involuntária e compulsória. A internação voluntária não é problema do direito penal, pois não envolve privação forçada de liberdade. A internação involuntária, se corretamente interpretada para abranger somente as situações em que o paciente psiquiátrico esteja em surto, risco de morte ou outra emergência, também não é matéria de direito penal, desde que cesse assim que a situação que a ensejou se extinguir. A internação compulsória – ou seja, aquela imposta contra a vontade do paciente psiquiátrico e fora das hipóteses de surto, risco de morte ou outra emergência – deve ser trazida para o direito penal, pois somente é legítima se for aplicada a quem tenha praticado um injusto penal e, após o devido processo legal, receba medida de segurança de internação.

8. Há que se distinguir de forma clara as internações involuntárias das compulsórias: o que as diferencia não é somente a necessidade ou não de decisão judicial; isso é mera consequência que decorre do fato de elas terem pressupostos distintos. As involuntárias prescindem da jurisdição porque envolvem matéria exclusivamente médica; as compulsórias, porém, pressupõem a atuação dos juízes justamente porque, ao serem impostas sem uma situação de surto, risco de morte ou outra emergência, devem ter um fundamento distinto que não seja simplesmente a necessidade de tratamento: o único fundamento constitucionalmente admissível é a prática de um injusto penal.

9. O conceito de pena não pode ser meramente formal, pois isso permitiria ao Estado burlar as garantias penais e processuais penais declarando que determinadas medidas, claramente punitivas, não são penas. Devemos partir, portanto, de dados ônticos: qualquer medida de privação de liberdade – imposta, autorizada ou tolerada pelo Estado – que não tenha como finalidade a neutralização de um dano em curso ou um perigo imediato é pena. A privação de liberdade, determinada judicialmente, de um indivíduo com transtorno mental para que ele

não cause incômodo a terceiros, ou seja, para garantir a defesa social, é claramente pena. Deve, portanto, respeitar as garantias penais e processuais penais.

10. São inconstitucionais as internações compulsórias pré-delituais e pós-infracionais. Internações compulsórias pré-delituais são as aplicadas por juízes com competência em matéria cível, fazendária ou de família, e têm como fundamento um laudo médico do qual conste o diagnóstico psiquiátrico e a recomendação de tratamento em regime de internação. Essas internações compulsórias, se não se justificarem pela situação de surto, emergência ou risco de morte (que possibilitariam a internação involuntária), são penas e, impostas a alguém que não tenha cometido qualquer delito, violam o princípio da legalidade. Elas equivalem às medidas de segurança pré-delituais, defendidas por alguns positivistas criminológicos no início do século XX, mas rechaçadas pela maioria da doutrina e pela legislação brasileira. Internações compulsórias pós-infracionais são aquelas aplicadas a indivíduos que efetivamente praticaram ato antissocial de destacada gravidade (crime ou ato infracional), mas já cumpriram integralmente a sanção prevista na lei e na sentença. É de conhecimento público que, em algumas situações de atos infracionais graves praticados por adolescentes, após o término da medida socioeducativa, juízes os mantêm segregados com fundamento em sua periculosidade, sob o pretexto de lhes tratar de algum transtorno psiquiátrico, o que ocorre, em regra, em casos com repercussão midiática nacional, sendo que no Estado de São Paulo há um local denominado UES (Unidade Experimental de Saúde) com essa finalidade para onde eles são encaminhados. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a legitimidade dessas internações compulsórias pós-infracionais, fundamentando-as na lei 10.216/01.

11. As internações compulsórias pós-infracionais são inegavelmente penas. Assemelham-se às internações compulsórias pré-delituais, pois baseadas em um diagnóstico psiquiátrico, mas com um componente extra: sua justificativa, inclusive declarada nas decisões judiciais, frequentemente se embasa na gravidade do ato infracional cometido e na necessidade de se proteger a sociedade. A finalidade das internações compulsórias pós-infracionais é a mesma das medidas de segurança que eram aplicáveis aos perigosos – após o cumprimento da pena – no sistema do duplo binário: permitir que a segregação ocorra por prazo indeterminado, quiçá de forma perpétua. As internações compulsórias pós-infracionais são inconstitucionais, pois: (a) desrespeitam o prazo máximo previsto na legislação para a medida socioeducativa aplicada ao adolescente, mantendo-o segregado por tempo superior ao que é juridicamente

possível; (b) reprimam o sistema do duplo binário; (c) permitem a segregação perpétua, em contrariedade à Constituição Federal.

12. É evidente que o Estado pode e deve fornecer os equipamentos de saúde adequados a quem padece de sofrimento psíquico. No entanto, de acordo com a normativa existente (e com a própria ciência psiquiátrica), a internação em hospital, que deve visar à melhora clínica do paciente, somente deve ocorrer em último caso. E se ele não cometeu qualquer injusto penal, só pode prescindir de sua vontade se houver emergência médica ou risco de morte (internação involuntária)

13. Há quatro teses a respeito da legitimidade das medidas de segurança e das normas jurídicas aplicáveis a elas. Para a doutrina ortodoxa, as medidas de segurança não são penas e, portanto, não devem respeitar as garantias penais e processuais penais. A lei 10.216/01 também não se lhes aplica, uma vez que trata somente de internações “civis”. Parte da doutrina progressista defende a inconstitucionalidade das medidas de segurança e prega que os inimputáveis – tenham ou não cometido injusto penal – sejam tratados exclusivamente no âmbito da saúde. O risco desse pensamento está em ignorar que o poder punitivo psiquiátrico, com ou sem a nomenclatura da medida de segurança, poderia continuar se exercendo em face desses indivíduos e sem qualquer controle jurídico, pois afastadas as garantias penais e processuais penais. Outra parte da doutrina progressista, ao constatar que historicamente os inimputáveis foram tratados de forma mais gravosa do que os imputáveis, defende a inconstitucionalidade do instituto da inimputabilidade com a consequência de se aplicar pena a todos, tenham ou não doença mental. A crítica a esse pensamento é que ignora o direito positivo, a teoria do crime e as vulnerabilidades próprias das pessoas com transtornos mentais. De nossa parte, preferimos a teoria da dupla garantia. Reconhecemos que ontologicamente as penas são idênticas às medidas de segurança, razão pela qual em nenhuma hipótese se pode permitir que o inimputável seja tratado de forma mais gravosa que o imputável. No entanto, não se pode olvidar também das regras protetivas próprias aplicáveis a todas as pessoas com transtornos mentais.

14. A decisão pela imputabilidade, semi-imputabilidade ou inimputabilidade compete aos magistrados, pois o Brasil adota o sistema biopsicológico da inimputabilidade por doença mental. Os laudos forenses tradicionalmente são recheados de subjetividades e preconceitos, sendo necessário que a doutrina preveja limitações objetivas à sua elaboração. O exame médico-legal deve ser realizado por equipe técnica interdisciplinar, e não por um único psiquiatra. A equipe técnica não deve ter acesso ao processo criminal. O laudo deve indicar

somente (a) a existência ou não de transtorno mental e seus principais sintomas e características; (b) a data provável de seu aparecimento e (c) o tratamento terapêutico indicado.

15. Se, com base no laudo e nas outras provas dos autos, o juiz entender que o transtorno mental foi determinante para a prática do injusto penal, deverá reconhecer a inimputabilidade; se concluir que ele a influenciou, mas não foi determinante, declarará a semi-imputabilidade. É possível que, a despeito da doença mental, o magistrado conclua pela imputabilidade se o transtorno mental descrito no laudo pericial não tiver influenciado, de acordo com as provas produzidas em juízo, a prática do crime.

16. Para que seja determinada a realização de incidente de insanidade mental é necessário que a defesa concorde. Não é possível ao juiz ou ao tribunal aplicar medida de segurança em detrimento da pena se a defesa não a houver solicitado.

17. A medida cautelar de internação provisória somente se justifica “nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração”. Além desses requisitos, incidem os princípios que norteiam as medidas cautelares em geral, como a proporcionalidade e sua decorrência lógica, a homogeneidade, que impede a aplicação de medida cautelar privativa de liberdade sempre que esta não for possível de ser aplicada como sanção penal após o devido processo legal. Por fim, é necessária a existência de laudo médico indicando a necessidade terapêutica da internação. Em nenhuma hipótese o portador de transtorno mental poderá permanecer em estabelecimento prisional comum.

18. O art. 152, §1º do CPP é inconstitucional: não se permite a segregação cautelar por prazo indeterminado do indivíduo que, no curso do processo, desenvolva um transtorno mental. Se não for o caso de lhe aplicar medida cautelar, o processo deve ficar suspenso até que se restabeleça. Caso contrário, deverá o processo prosseguir e, se permanecer o transtorno no momento da sentença, poderá ser substituída a pena por medida de segurança.

19. Não se pode aplicar medida de segurança se a autoria e a materialidade do injusto penal não forem comprovadas ou se incidir alguma excludente de tipicidade, ilicitude ou culpabilidade. A escolha da medida de segurança adequada – internação ou tratamento ambulatorial – não pode se pautar somente na natureza da pena cominada no preceito penal secundário do tipo penal (reclusão ou detenção). A regra deverá ser o tratamento ambulatorial. Para optar pela internação em detrimento do tratamento ambulatorial, o magistrado deverá observar os seguintes critérios: (a) não ser possível, ao semi-imputável que tenha praticado o mesmo injusto penal, a fixação de regime inicial aberto, semiaberto ou a substituição da pena

privativa de liberdade por restritiva de direitos ou o *sursis*, ou seja, é necessário que a pena adequada àquele seja privativa de liberdade em regime fechado; (b) existir laudo médico indicando a internação como medida terapêutica adequada.

20. É inconstitucional a indeterminação temporal da medida de segurança. O seu prazo máximo, para respeitar o princípio da isonomia, deverá ser a pena mínima cominada ao delito com a incidência da causa de redução de pena da semi-imputabilidade. Entendimentos diversos – que consideram como prazo máximo a pena máxima cominada ao delito (STJ) ou a pena que seria aplicada ao imputável em situação semelhante – desrespeitam a isonomia, por tratarem de forma mais branda o semi-imputável do que o inimputável.

21. Não vislumbramos qualquer inconstitucionalidade no prazo mínimo da medida de segurança – que deverá, na falta de outro critério, ser fixado no mínimo legal (1 ano) –, ressalvando-se, evidentemente, a possibilidade de se realizar o exame de cessação de periculosidade antes desse período. Se houver indicação da perícia ou se o prazo máximo da sanção for inferior a 1 ano, por razões lógicas deverá ser fixado prazo mínimo inferior ao previsto na lei.

22. O transtorno de personalidade antissocial não deve ensejar o reconhecimento da inimputabilidade ou da semi-imputabilidade por não ser verdadeira doença mental.

23. Aplica-se a prescrição da pretensão punitiva e a pretensão executória às medidas de segurança. Após a sentença, deve-se considerar para o cálculo o tempo máximo fixado na sentença para a sanção. Não há qualquer inconveniente em aplicar a prescrição retroativa, a intercorrente e a executória. Por falta de previsão legal, a sentença penal e o acórdão absolutórios que imponham medida de segurança não interrompem o prazo prescricional. A instauração do incidente de insanidade mental não suspende o prazo prescricional.

24. Além da prescrição da pretensão executória, é possível que, transcorrido tempo significativo desde a emissão do laudo médico recomendando a internação, extinga-se, por falta de interesse processual, a medida de segurança imposta – antes mesmo de sua execução – ou se a converta em tratamento ambulatorial, caso não se demonstre a atualidade da necessidade da internação.

25. É inconstitucional a previsão do código de processo penal que permite a imposição de medida de segurança ao inimputável sem submetê-lo ao tribunal do júri.

26. Todos os institutos despenalizadores – composição civil de danos, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal – são aplicáveis aos inimputáveis.

27. O juiz da execução penal deverá proceder à unificação das medidas de segurança impostas em processos diferentes aos inimputáveis, respeitando-se, porém, o prazo máximo de cada uma delas.

28. A pessoa sujeita à internação tem o direito fundamental de se recusar a ingerir medicamentos e de não ser forçada a se submeter a outras terapias.

29. Em hipótese nenhuma deve ser permitido que o inimputável ao qual tenha sido aplicada medida de segurança de internação permaneça em estabelecimento prisional comum; ausente vaga em HCTP, deve-se permitir sua internação em hospitais gerais – públicos ou privados – ou a substituição da medida por tratamento ambulatorial.

30. A pessoa que esteja em cumprimento de medida de segurança de tratamento ambulatorial somente poderá ser regredida para a medida de internação em hipóteses excepcionais. Diante da recusa do paciente em se submeter ao tratamento ambulatorial, ou de sua inconstância, deverá o magistrado determinar à equipe técnica responsável que realize busca ativa a ele para constatar sua situação psicossocial e as razões do descumprimento. Não tendo êxito, deverão ser designadas audiências de advertência. Esse procedimento lento e constante de conscientização deve ocorrer durante todo o prazo de cumprimento da medida. A internação somente se justificará se, a despeito de todos esses esforços, além de o sentenciado permanecer em descumprimento da medida, seu quadro clínico se agravar e um médico constatar a necessidade de sua internação compulsória.

31. Todos os direitos da execução penal – progressão de regime, livramento condicional, remição e saída temporária – devem incidir aos inimputáveis.

32. O exame de cessação de periculosidade não deve se imiscuir em julgamentos morais. Assim como o exame de insanidade mental, deverá ser elaborado por equipe interdisciplinar e deverá analisar se o sujeito tem sua doença sob controle, podendo prosseguir com eventuais tratamentos, caso queira, sem a interferência compulsória do Estado.

33. Atingido o prazo máximo da medida de segurança, deverá ser a pessoa desinternada ou liberada independentemente da realização de qualquer exame de cessação de periculosidade, não se aplicando, nesse caso, o art. 97, §3º do CP. Se a desinternação ou liberação ocorrer antes do prazo máximo da medida de segurança, poderá ser aplicado o art. 97, §3º do CP. Se, nesse período, o sentenciado praticar ato indicativo de sua periculosidade (que só pode ser interpretado como crime), poderá ser restabelecida a situação anterior, respeitando-se sempre, porém, o prazo máximo da medida.

34. Os operadores do direito devem, por expressa disposição legal (art. 5º da lei 10.216/01), respeitar o princípio da brevidade da internação para evitar situações de grave dependência institucional. Os pacientes que, pela gravidade de seu quadro clínico ou pela ausência de amparo psicossocial, não tiverem condições de se cuidar sozinhos não podem ser mantidos internados sob esse fundamento. Deve o Estado lhes proporcionar alternativas outras, como a inclusão em Serviço de Residência Terapêutica ou a disponibilização de enfermeiro 24 horas para auxiliá-los, o que dispensa por completo a intervenção do juízo penal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jéssica Pascoal Santos. **Inclusão social em medida de segurança: modelos e práticas envolvendo pessoas com transtorno mental implicadas com a Justiça Criminal.** Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2019

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos.** Rio de Janeiro: Revan, 2008

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil.** São Paulo: Geração Editorial, 2013

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**, 5ª ed. (E-book). Porto Alegre: Artmed, 2015

ASUA, Luis Jimenez de. **La sentencia indeterminada**, 2ª ed. Tipografica Editora Argentina: Buenos Aires, 1948

AVENA, Norberto. **Execução penal**, 2ª ed. São Paulo: Método, 2015

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002

BARNHILL, John W. **Casos clínicos do DSM-5** (E-book). Porto Alegre: Artmed, 2015

BARRETTO. Carlos Xavier P. **O crime, o criminoso e a pena**, 2º volume. A. Coelho Branco Editor: Rio de Janeiro, 1938

BARROS, Carmen Silva de Moraes. **Aplicação da política de saúde mental instituída pela lei n. 10.216/2001 ao louco infrator**. In: Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias, ano 1, n° 1. São Paulo: Conselho Penitenciário, agosto/2011

BARROS, Daniel Martins de; CASTELLANA, Gustavo Bonini. **Psiquiatria forense: interfaces jurídicas, éticas e clínicas**, 2ª ed. (E-book). Porto Alegre: 2020

BARROSO, Luís Roberto. **Legitimidade da recusa de transfusão de sangue por testemunhas de jeová. Dignidade humana, liberdade religiosa e escolhas existenciais**. Parecer. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/testemunhas-jeova-sangue.pdf> . Acesso em 09/01/2020

BASAGLIA, Franco. **A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática**, 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982

_____. **A instituição da violência**. In: A instituição e os discursos, Revista Trimestral de Cultura, n. 35, p. 34-71. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974

BATTAGLINI, Giulio. **Direito Penal, parte geral, v. 2**. São Paulo: Saraiva, 1973

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990

_____. **Apontamentos para uma história da legislação penal brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2016

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012

BERGALLI, Roberto; RAMÍRES, Juan Bustos. **O pensamento criminológico I: uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Revan, 2015

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, parte geral, vol. 1**, 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019

BRANCO, Thayara Castelo. **A deslegitimação das medidas de segurança no Brasil**, 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018

BRANDÃO, Cláudio. **Curso de direito penal, parte geral**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010

BRUNO, Aníbal. **Perigosidade criminal e medidas de segurança**. Editora Rio: Rio de Janeiro, 1977

_____. **Direito penal**, parte geral, t. II. Rio de Janeiro: Forense, 2005

BUSATO, Paulo César. **Direito penal: parte geral**. São Paulo: Atlas, 2013

CACICEDO, Patrick Lemos. **Ideologia e direito penal**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2019

CAETANO, Haroldo. **Loucura e direito penal: pistas para a extinção dos manicômios judiciários**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UFF, 2018

CAMARGO, Joaquim Augusto de. **Direito penal brasileiro**, 2ª. ed. São Paulo: RT, 2005

CARVALHO, Américo Taipa de. **Direito penal, parte geral: questões fundamentais – teoria geral do crime**, 2ª ed. Coimbra: Coimbra editora, 2008

CARVALHO, Salo de. **Pena e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2013

CARRARA, Francesco. **Programa do curso de direito criminal**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 1956

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

CASARA, Rubens R. R. **Sociedade sem lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie** (E-book). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

COOPER, David. **Psiquiatria e a antipsiquiatria**. São Paulo: Perspectiva, 1967

CORDEIRO, Quirino; LIMA, Mauro Gomes Aranha de. (organizadores). **Medida de segurança: uma questão de saúde e ética**. São Paulo. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2013

CORNELIUS, Eduardo Gutierrez. **O pior dos dois mundos? A construção legítima da punição de adolescentes no Superior Tribunal de Justiça**. São Paulo: IBCCRIM, 2018

CREMESP. **Hospital de custódia: prisão sem tratamento**. São Paulo: CREMESP, 2014

CRUZ, Rogerio Schietti. **Prisão cautelar: dramas, princípios e alternativas**, 4ª ed. Salvador: Juspodium, 2018

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**, 3ª ed. (E-book). Porto Alegre: Artmed, 2019

DIETER, Mauricio. **Política criminal atuarial**. Rio de Janeiro: Revan, 2013

DINIZ, Debora. **A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011**. Brasília: Letras Livres, 2013

DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal: parte geral**, 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013

DOYLE. Daniel Alvarez. **La nueva peligrosidad criminal: medidas de seguridad pospenitenciarias para delincuentes imputables**. Buenos Aires/Montevidéo: Editorial B de F, 2019

EÇA, Antônio José. **Direito penal: medida de segurança**. Vídeo postado em 14/11/2015 e disponível no canal “Prof. Juliana Moreira” no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3kIrEE828cg> . Acesso em: 21/02/2020

_____. **Roteiro de psicopatologia forense**. Rio de Janeiro: Forense, 2008

_____. **Roteiro de psiquiatria forense**. São Paulo: Saraiva, 2010

FERRARI, Eduardo Reale. **Medidas de segurança e direito penal no estado democrático de direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001

FEUERBACH, Paul Johann Anselm von. **Tratado de derecho penal común vigente en Alemania**. Buenos Aires: Hammurabi, 1989

FILHO, Vicente Greco. **Manual de processo penal**, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2010

FRAGOSO, Christiano Falk. **Autoritarismo e sistema penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal, parte geral**, 4ª ed. São Paulo: Forense, 1989

FRANCES, Allen. **Voltando ao normal** (E-book). Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em psiquiatria**, 2ª ed. (E-book). Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2017

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil**, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020

GARCIA, Basileu. **Instituições de direito penal**, v. 1, t. 1, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008

GARÓFALO, Raffaele. **La criminologia**. Montevideo/Buenos Aires: Editorial BdeF, 2005

GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido processo penal: abordagem conforme a CF e o Pacto de São José da Costa Rica**, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2016

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**, 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015

HASSEMER, Winfried. **Introdução aos fundamentos do direito penal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris ed., 2005

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**, 2ª ed. Rio de Janeiro: LUAM, 2007

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal**, v. 3, 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1956

ITURBE, Arnoldo Garcia. **Las medidas de seguridad: ensayo de una teoria general basada en el derecho comparado**. Universidad Central de Venezuela: Caracas, 1967

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. **Direito penal da loucura**. Brasília: ESMPU, 2008

JÁCOME, Rodolfo Mantilla. **La imputabilidad y la inimputabilidad penal**, 2ª ed. Bogotá: Leyer, 2008

JAKOBS, Gunther. **Derecho penal: parte general. Fundamentos y teoria de la imputación**, 2ª ed. Madrid: Marcial Pons, 2003

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. **Os fins da pena no código penal brasileiro**. Boletim do IBCCRIM, ano 14, nº 167. São Paulo: IBCCRIM, 2006

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. **Manual de direito penal: parte geral**, 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019

KOUPERNIK, Cyrille (org.). **Antipsiquiatria: senso ou contra-senso?** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

LAING, R. D. **El yo dividido: un estudio sobre la salud y la enfermedad** (E-book). México: Fondo de Cultura Económica, 2015

Landry, Michel. **O psiquiatra no tribunal: o processo da perícia psiquiátrica em justiça penal**. Tradução de Jurema Franco Camargo. São Paulo: Pioneira (Editora da Universidade de São Paulo), 1981

LIEBERMAN, Jeffrey A. **Psiquiatria: uma história não contada**. São Paulo: Martins Fontes, 2016

LIMA, Renato Brasileiro de. **Código de processo penal comentado**, 4ª ed. Salvador: Juspodium, 2019

LISZT, Franz von. **Tratado de direito penal**, t. 1. Campinas: Russell Editores, 2003

LEVORIN, Marco Polo. **Princípio da legalidade na medida de segurança**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

LOMBROSO, Cesare. **O homem criminoso**, 4ª ed. Trad. de Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Editora Rio, s/d

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**, 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018

FILHO, Roberto Lyra; CERNICCHIARO, Luiz Vicente. **Compêndio de direito penal: parte geral**. São Paulo: Bushatsky, 1972

MARÇAL, Orlando. **Da imputabilidade criminal: sob os pontos de vista antropológico, psicológico e sociológico**. Livraria Clássica Editora: Coimbra, 1919

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do direito**, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012

_____. **Lições de sociologia do direito**, 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009

_____. **Crítica da legalidade e do direito brasileiro**, 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008

MATTOS, Virgílio de. **Uma saída: preliminares para a desconstrução das medidas de segurança**. Rio de Janeiro: Revan, 2006

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Brasília: junho de 2017, p. 44.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Residências terapêuticas: o que são, para que servem**. Brasília, 2004

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. Bauru: EDIPRO, Série Clássicos, 2004

NOGUEIRA, J. C. Ataliba. **Medidas de segurança**. São Paulo: Saraiva, 1937

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Curso de execução penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019

NETTO, José Paulo. **O dc método em Marx (aula)**. Faculdade de Serviço Social da UFPE. Recife: 2002. Disponível em: www.youtube.com. Acesso em 04/10/2015

NICOLITT, André. **Manual de processo penal**, 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**, 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018

_____. **Curso de execução penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2018

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**, 15ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011

PALOMBA, Guido Arturo. **Insania furens: casos verídicos de loucura e crime**. Saraiva: São Paulo, 2017

_____. **Perícia na psiquiatria forense (E-book)**. São Paulo: Saraiva, 2016

PINHO, Demosthenes Madureira de. **Medidas de segurança (teoria geral)**. Rio de Janeiro: Typ. do 'Jornal do Commercio' – Rodrigues e CIA, 1938

PONTE, Antônio Carlos da. **Inimputabilidade e processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2012

RABINOWICZ, Léon. **O crime passional**, 2ª ed. Sucessor: Coimbra, 1961

RANGEL. Paulo. **Direito processual penal**, 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2016

REALE Jr. Miguel. **Instituições de direito penal**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009

REALE Jr. Miguel (coordenador). **Código penal comentado**. São Paulo: Saraiva, 2017

REUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003

REVISTA EXAME. **Holiday quer internação psiquiátrica a grávidas com 'propensão' a abortar**. Revista Exame, 24/06/2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/holiday-quer-internacao-psiQUIATRICA-a-gravidas-com-propensao-a-abortar/> . Acesso em: 29/03/2020

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** (E-book). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Execução penal: teoria crítica**, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016

ROSA, Alexandre Moraes. **Guia do processo penal conforme a teoria dos jogos**, 4ª ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2017

_____; LOPES, Ana Christina Brito Lopes. **Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011

ROXIN, Claus. **Problemas fundamentais de direito penal**, 3ª ed. Editora Lisboa: Vega, 2004

QUEIROZ, Paulo. **Direito penal**, parte geral, 1, 13ª ed. Salvador: Juspodium, 2018

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **O direito a ações imorais – Paul Johann Anselm von Feuerbach e a construção do moderno direito penal**. São Paulo: Almedina, 2012

SANTO, Luiz Phelipe Oliveira Dal. **Prospettiva postcoloniale sulla economia politica della pena: la svolta punitiva in Brasile**. Dissertação de mestrado. Bolonha: Università di Bologna, 2017.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia da repressão**. Rio de Janeiro: Forense, 1979

_____. **A criminologia radical**. 3. ed. Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2008

_____. **Direito penal**, 5ª ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012

SEMER, Marcelo. **Sentenciando o tráfico: pânico moral e estado de negação formatando o papel dos juízes no grande encarceramento**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2019

SCHLOSS, Eva. **Depois de Auschwitz** (E-book). São Paulo: Universo dos Livros, 2013

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**, 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

_____. **Sistema de garantias e direito penal juvenil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

SHIMIZU, Bruno. **O mal estar e a sociedade punitiva: ensaiando um modelo libertário em criminologia psicanalítica**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2015

SILVA, A. J. Costa e. **Comentários ao código penal**, 2ª ed. São Paulo: Contasa, 1967

SILVA, Martinho Braga Batista e. **O desafio colocado pelas pessoas em medida de segurança no âmbito do Sistema Único de Saúde: a experiência do PAILI-GO**. In: Physys. Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 20, 2010

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Das atuais relações entre o direito penal e o direito administrativo**. In: GARCIA, Basileu. Instituições de direito penal, v. 1, t. 1, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008

SOUZA, Moacyr Benedicto. **O problema da unificação da pena e da medida de segurança**. São Paulo: Bushatsky, 1979

SPOSATO, Karyna Batista. **Direito penal de adolescentes: elementos para uma teoria garantista**. São Paulo: Saraiva, 2013

STAROBINAS, Marcelo. **China interna dissidentes como louco**. Folha de S. Paulo, 18/03/2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1803200111.htm> . Acesso em 10/02/2020

SUDWORTH, John. **Por dentro dos campos de “reeducação” para onde são mandados mulçumanos na China**. BBC News, 27/10/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45999030>. Acesso em 05/03/2020

SZASZ, Thomas S. **The myth of mental illness: foundations of a theory of personal conduct**. New York: Dell Publishing, 1961.

TAVARES, Juarez. **Fundamentos da teoria do delito**. São Paulo: Tirant Brasil, 2018

TORREY, R. Fuller. **A morte da psiquiatria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**, 3ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2002

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**, 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999

VALLE, Hugo Ayala del. **De las medidas de seguridad**. Senda: Santiago, 1943

VELO, Joe Tennyson. **Teoria crítica do juízo de imputabilidade criminal**. UFPR: Curitiba, 2013

WALKENSTEIN, Eileen. **Bitolando pela psiquiatria: a desumanização na terapia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. **Entre silêncios e invisibilidades: os sujeitos em cumprimento de medidas de segurança nos manicômios judiciais brasileiros**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Instituto de Psicologia da UFRGS, 2015

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar**. São Paulo: Saraiva, 2012

_____. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001

_____. **O inimigo no direito penal**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007

ZAFFARONI, Eugenio Raul; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Derecho penal: parte general**. 2. ed. Buenos Aires: Ediar, 2002

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; SLOKAR, Alejandro; ALAGIA, Alejandro; BATISTA, Nilo. **Direito penal brasileiro, v. 1: teoria geral do direito penal**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011

_____. **Direito penal brasileiro: v. 2, t. I.** Rio de Janeiro: Revan, 2010

_____. **Direito penal brasileiro, v. 2, t. II.** Rio de Janeiro: Revan, 2017